



**PROCESSO 10/2022 – DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de dutos de ar-condicionado**, conforme quantidades, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANT.	UNIDADE
01	Limpeza interna dos dutos do sistema de Ar-condicionado central incluindo 02 (dois) pontos de análise do ar.	2771	5	Serviço

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. Havendo eventual divergência entre o CATSER e a descrição/especificação dos itens na tabela acima, prevalecerão estas últimas.

1.4. A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação conforme Art. 75, II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c o Art. 4º, II da Instrução Normativa 67, de 8 de julho de 2021.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de cinco anos, conforme Artigo 106 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, podendo ser prorrogado conforme Art. 107 da Lei citada.

1.6.1. Deverá ser atestado a no início da contratação e a cada exercício financeiro a existência de créditos orçamentários e vantagem da manutenção da contratação;

1.6.2. Na ausência de créditos orçamentários ou quando o Cremerj não entender mais como vantajosa a contratação, poderá ser extinguido o contrato.

1.6.2.1. A extinção somente poderá ocorrer na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses da referida data.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação extraída de tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e atualizada pelo Setor de Análise Técnica e Compras juntamente com o setor demandante, segue abaixo:

2.1.1. A presente demanda consiste em fornecer subsídios para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e higienização de dutos de ar







pela autoridade máxima do Órgão comprovação do disposto no Art. 106, I, da Lei 14.133/2021.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. O objetivo do serviço é a melhoria da qualidade do ar interno dos ambientes de trabalho climatizados, com a finalidade de proporcionar conforto e bem-estar aos funcionários e público usuário do Cremerj, pois má qualidade do ar, pode provocar:

3.1.1. Nariz congestionado, garganta irritada, espirros, tonturas, tosse seca, dor de cabeça, náuseas, coceira e ardor nos olhos; além de dispersar bactérias microscópicas que podem ocasionar fadiga, calafrios e outras moléstias.”

3.2. O escopo do serviço compreenderá:

3.2.1. Filmagem/fotos parcial, antes e depois da limpeza dos dutos;

3.2.2. Limpeza da rede de dutos por sistema de escovação mecânica;

3.2.3. Fixação de etiquetas de identificação nas janelas de visita com data da execução dos serviços;

3.2.4. Fornecimento de Certificado da inspeção; Mídia em DVD com fotos e vídeos e relatório final de avaliação da qualidade do ar conforme Portaria n.º 3.523 de 28 de agosto de 1998, Lei Estadual 4.192/03 e Resolução RE-09/03 da ANVISA, Norma NBR 14.679/ABNT e NBR 15.848/ABNT entregue em 15 (quinze) dias mediante impressão de textos contendo observações e sugestões.

3.3. Sobre o desenvolvimento das atividades compreende:

3.3.1. O serviço será realizado na sede do Conselho situada à Praia de Botafogo, 228 – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ.

3.3.2. Análise preliminar do projeto de dutos, definição e desenvolvimento de plano de trabalho, definindo as atividades de acesso ao interior dos dutos através dos próprios difusores e/ou janelas existentes ou, se necessário, abertura de novas visitas.

3.3.3. Captação de imagens por fotos digitais e filmagem parcial do interior dos dutos, a fim de obter diagnóstico das condições internas dos dutos, antes e depois da limpeza.

3.3.4. Isolamento de móveis, equipamentos e utensílios, com lonas plásticas, visando a proteção dos mesmos.

3.3.5. Início do processo de escovação através de central, cabos e escovas giratórias com tamanhos e rigidez de acordo com as dimensões de cada duto. Este processo consiste na







**“Art. 75. É dispensável a licitação:**

**(...)**

**II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (original não grifado).**

4.2. Considera-se a subclasse do CNAE como ramo de atividade do objeto pretendido conforme tabela abaixo:

ITEM	CNAE	DESCRIÇÃO
1	4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A Contratada deverá estar apta a prestar serviços conforme todas as condições que serão pactuadas, possuindo todas as licenças e utilizando todos os materiais e efetivo necessário.

5.1.2. Apresentação de atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, constando, no mínimo, a razão social do emitente, objeto contratual, nome e cargo/função do responsável pela emissão, declarando que a empresa prestou, a contento, serviço compatível com o objeto da presente contratação.

5.1.2.1. Fica dispensada desta exigência a empresa a ser contratada, no caso desta já ter realizado contratação anterior com o CREMERJ, com total e satisfatória execução do objeto.

5.2. Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.





## 6. VISTORIA

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o fornecedor poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por colaborador designado para esse fim mediante prévio agendamento de horário junto ao Setor de Apoio Administrativo, por e-mail no endereço: [apoioadm@crm-rj.gov.br](mailto:apoioadm@crm-rj.gov.br) ou [f Filho@crm-rj.gov.br](mailto:f Filho@crm-rj.gov.br) ou [pgoncalves@crm-rj.gov.br](mailto:pgoncalves@crm-rj.gov.br); ou pelo telefone nos números: (21) 3184-7276/7189, de segunda a sexta-feira, das 10 horas às 16 horas.

6.1.1. O local de execução do serviço será na sede do Conselho situada à Praia de Botafogo, 228 – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso de Dispensa, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso de Dispensa, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. A não realização da vistoria, sendo facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a fornecedor vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.4. Após sua realização será emitida a Declaração de Vistoria Técnica pela área demandante.

6.5. A Declaração de Vistoria Técnica constante no Anexo I, deverá ser devidamente preenchida e assinada, tanto por funcionário designado do Apoio Administrativo quanto pelo responsável técnico do interessado, comprovando que a empresa tomou conhecimento de todas as informações necessárias para a execução do objeto, bem como vistoriou o ambiente tecnológico do Cremerj. Este termo será lavrado em 2 (duas) vias e entregue uma delas ao interessado;

6.5.1. Caso opte pela não vistoria do local de realização do serviço a empresa deverá anexar no momento do envio da proposta atualizada a declaração de não vistoria anexo II deste Termo de Referência.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. A prestadora de serviço se obriga a executar os serviços, objeto deste contrato, de acordo com a Norma NBR 14679 da ABNT, considerando a sua revisão mais atualizada.

**7.1.2.** Antes do início dos serviços, a prestadora de serviço terá que preparar o ambiente onde se localiza o trecho da rede de dutos selecionado para limpar da seguinte maneira:

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?













Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

## 12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Será permitida a subcontratação de empresa para a realização da avaliação da qualidade do ar.

## 13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Aviso de Dispensa Eletrônica, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.





15.3. Os pagamentos ocorrerão nos dias 05, 10, 15, 20, 25 e 30 do mês de execução do serviço ou no mês imediatamente posterior a este, dentro do prazo estipulado no item 15.1, deste Termo de Referência.

15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.7. Antes do pagamento a contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Dispensa Eletrônica.

15.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.









16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste poderá ser feito por simples apostilamento dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

16.7.1. variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

16.7.2. atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

16.7.3. alterações na razão ou na denominação social do contratado;

16.7.4. empenho de dotações orçamentárias.

## **17. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

17.1.1. A presente contratação é de baixo vulto, enquadrada em dispensa de licitação por valor.

17.1.2. Os serviços em questão ficam amparados pelas garantias do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

17.1.3. A discricionariedade da administração para a exigência da garantia, considerando que esta é apenas obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 7º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.





## 18. DAS SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

18.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a disputa;

18.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica sem motivo justificado;

18.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a disputa ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

18.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta dispensa eletrônica.

18.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1. Advertência pela falta do subitem 18.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;







18.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Aviso de Dispensa Eletrônica.

19.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Aviso de Dispensa Eletrônica.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.3.1. O Proponente deverá comprovar que o objeto do seu ato constitutivo contempla o objeto ora licitado.

19.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**19.4.1. O preço máximo admitido para a participação na dispensa é igual ao valor global estimado (preço de referência). Assim, caso o menor preço ofertado/lance seja superior ao preço de referência, mesmo após negociação para redução do preço, a Dispensa Eletrônica poderá ser decretada fracassada e cancelada.**

19.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

## 20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 30.339,80 (trinta mil e trezentos e trinta e nove reais e oitenta centavos), conforme discriminado na tabela abaixo:



ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR ANUAL ESTIMADO	VALOR ESTIMADO GLOBAL (5 ANOS)
01	Limpeza interna dos dutos do sistema de Ar-condicionado central incluindo 02 (dois) pontos de análise do ar.	5	Serviço	R\$ 6.067,96	R\$ 30.339,80
Valor global estimado:					R\$ 30.339,80

20.2. O cálculo acima resulta nos seguintes valores:

20.2.1. O valor mensal estimado do contrato é de R\$ 6.067,96 (seis mil e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos);

20.2.2. O valor anual estimado do contrato é de R\$ 30.339,80 (trinta mil e trezentos e trinta e nove reais e oitenta centavos);

## 21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CREMERJ deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR GLOBAL ESTIMADO
6.2.2.1.1.33.90.39.012 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 30.339,80



## 22. DOS CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas e na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2022.

**(ORIGINAL SEGUE ASSINADO E ANEXO AO PROCESSO)**

**(ORIGINAL SEGUE ASSINADO E ANEXO AO PROCESSO)**

## ANEXO I – DECLARAÇÃO DE VISTORIA

## Aviso de Dispensa de Licitação nº 30/2022

Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

Processo Administrativo nº 10/2022

Ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

(nome empresarial) inscrita no CNPJ nº: \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_  
(nº de inscrição)

\_\_\_\_\_, (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, Declaro que VISTORIEI minuciosamente os locais para a prestação dos serviços, constantes do objeto do Aviso de Dispensa de Licitação 30/2020, e tomei conhecimento das reais condições de execução, bem como coletei informações e todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

de de 20xx.

(assinatura do representante legal)

Classificação da informação contida no documento ( X ) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?



Sede: Praia de Botafogo, 228, loja 119b - Botafogo, CEP 22.250-145

Central de Relacionamento: (21) 3184-7050

cremerj.org.br



cremerjoficial/



Cremerj/



c/Cremerj

[company/cremerj](#)

cremerj



**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA**

Aviso de Dispensa de Licitação nº 30/2022

Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

Processo Administrativo nº 10/2022

Ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

\_\_\_\_\_  
(nome empresarial) inscrita no CNPJ nº: \_\_\_\_\_ com sede na  
\_\_\_\_\_  
(nº de inscrição)

\_\_\_\_\_, (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de  
Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_,  
Optamos pela NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA, assumindo inteira  
responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa  
proposta comercial processo que gerou o Aviso de Dispensa de Licitação 30/2020, em nome da  
empresa que represento.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

